



salto
para o futuro



Museu e escola: educação formal e não-formal

Ano XIX – Nº 3 – Maio/2009

SUMÁRIO

MUSEU E ESCOLA: EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO-FORMAL

Aos professores e professoras	3
<i>Rosa Helena Mendonça</i>	
Apresentação – Museu e escola: educação formal e não-formal	5
<i>Andréa Falcão</i>	
Texto 1 – Museu como lugar de memória	10
<i>Andréa Falcão</i>	
Texto 2 – Museu como lugar de pesquisa	22
O museu como espaço de pesquisa e produção de conhecimento	
<i>Daniel Bitter</i>	
Texto 3 – Museu como lugar de cidadania	29
Museus e educação	
<i>Martha Marandino (org.)</i>	

MUSEU E ESCOLA: EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO-FORMAL

Aos professores e professoras,

MUSEU DE TUDO

João Cabral de Melo Neto

*Este museu de tudo é museu
Como qualquer outro reunido;
Como museu, tanto pode ser
Caixão de lixo ou arquivo. (...)
É depósito do que aí está,
Se fez sem risca ou risco.*

Cultura, memória, identidade são palavras-chave muito presentes nos temas em debate no Salto para o Futuro. Daí, por extensão, os chamados lugares de memória – sejam eles, espaços nas cidades, comunidades, em centros culturais, museus – serem de especial interesse como locações que reafirmam o permanente diálogo entre educação e cultura. O objetivo do programa não é apenas mostrar esses lugares de interesse histórico, mas captar nestes locais momentos de interação entre estudantes, professores e fontes diversificadas de aprendizagens. São moradores, especialistas, colecionadores, artistas, enfim pessoas que, por meio de depoimentos e obras, possam revelar saberes e fazeres peculiares de uma determinada cultura, um período histórico específico... Além disso, há também monumentos, obras de arte, manifestações culturais,

objetos, coleções que “falam” e por meio dos quais se pode “decifrar” muitos fatos e versões de uma mesma história. Registrar visitas, passeios e excursões de escolas a comunidades e museus tem possibilitado a edição de vídeos que sugerem muitas reflexões. Logramos captar muito do que esses espaços evidenciam e percebemos também o quanto há de “invisível” neles e o quanto seria enriquecedor para os professores saber um pouco mais sobre o que não é visto nos museus. A proposta da série é revelar o cotidiano dos profissionais que atuam nos diversos setores, compreender a concepção dos espaços educativos, enfim, investigar o que vem sendo chamado de educação museal justamente na perspectiva de valorizar uma educação que extrapola os muros da escola e interage com a cidade em suas múltiplas dimensões.

Foi com o objetivo de intensificar no Salto o debate sobre espaços formais e não-formais de educação que convidamos Andréa Falcão, pesquisadora da UERJ que desenvolve pesquisa sobre o tema, para a consultoria da série Museu e escola: educação formal e não-formal que compreende a série televisiva e a publicação eletrônica que se segue.

De início, foi desenvolvida uma pesquisa sobre instituições no Rio de Janeiro, por ocasião da comemoração dos 200 anos da chegada da Família Real ao Brasil. Foram realizadas também conversas e locações inspiradoras que serviram de base para o de-

envolvimento dos três eixos temáticos da série: museu como lugar de memória, museu como lugar de pesquisa e museu como lugar de cidadania. Depois o projeto ganhou novos contornos, buscando explicitar a dimensão educativa dos museus e a relação desses espaços com as escolas. Retomando João Cabral de Melo Neto, em Museu de Tudo, um museu nos ajuda a compreender os legados da humanidade e a continuar buscando explicações para esse mistério chamado vida: propósitos que por caminhos diferentes museus e escolas se aproximam.

Rosa Helena Mendonça¹

1 Supervisora pedagógica do Programa Salto para o Futuro.

APRESENTAÇÃO

MUSEU E ESCOLA: EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO-FORMAL

Andréa Falcão¹

A série *Museu e escola: educação formal e não-formal* pretende discutir a relação entre a(s) escola(s) e o(s) museu(s), tendo como diretriz a valorização das propostas educativas desenvolvidas nestes espaços, na vertente do que é conhecido hoje como educação museal. Ao longo da série, será abordada, de maneira mais ampla, a relação entre os espaços formais e não-formais de educação.

Apesar de não ser uma área nova, podemos dizer que o papel do “museu” como espaço educativo e também as práticas desenvolvidas nestes espaços têm sido revistos de maneira significativa nas duas últimas décadas. Pois, como aponta Cazelli²:

“No contexto atual, muitos autores insistem em que a promoção da cultura

seja desenvolvida por uma rede de instâncias culturais. Os museus vêm ocupando lugar de destaque nesta rede.”

Da mesma forma, Fronza-Martins³ comenta que:

“A questão da educação em museus possui um importante foco de interesse na atualidade, tanto no que diz respeito ao seu papel social, quanto no que se refere às práticas realizadas nesse espaço e suas possíveis reflexões. Percebe-se o interesse não apenas na organização e preservação de acervos, mas também na ênfase da compreensão, desenvolvimento e promoção da divulgação, bem como na formação de público como forma de

5

1 Doutoranda em Ciências Sociais pelo PPCIS – UERJ. Mestre em Memória Social pela UNIRIO, Formada em Educação Artística e História da Arte - UERJ. É professora de Patrimônio Cultural, Membro da Rede de Educadores em Museus e do Fórum de Culturas Populares, Indígenas e Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro. Consultora da série.

2 Cazelli, Sibebe. *Ciência, Cultura, Museus, Jovens e escola: quais as relações*. 2005. In: www.observatoriodasmegropoles.ufrj.br/download/Tese_Sibebe_05.pdf

3 Fronza-Martins, Aglay Sanches. *Da magia à sedução: a importância das atividades educativas não-formais realizadas em Museus de Arte*. In: <http://sare.unianhanguera.edu.br/index.php/reduc/article/viewPDFInterstitial/198/195>

disseminar conhecimentos por meio de uma ação educativa.”

O tema desta série nos permite discutir, de maneira contextualizada, a importância de nossas instituições culturais e as transformações por que vem passando a sociedade brasileira nas últimas décadas, falar sobre a criação e os desafios na manutenção destas instituições e sua relação com o público, bem como refletir sobre o papel delas na consolidação de um processo democrático

e efetivo de participação crítica na vida social. Veremos, assim, que a relação museu x escola insere-se num contexto mais amplo, qual seja o da dinâmica de nossas instituições culturais.

Acreditamos que ao desvendar o mundo dos museus, tendo como suporte os diversos motores e agentes envolvidos neste processo, estaremos contribuindo para despertar o interesse e a vontade de uma relação mais dinâmica entre eles.

PROPOSTA DA SÉRIE

Esta série tem como objetivo mostrar para os professores, e para o público em geral, como são organizados os museus e, ainda, o que se faz e quem faz o trabalho nestas instituições. A idéia é desvendar um pouco deste imenso universo, oferecendo aos professores a possibilidade de conhecer mais sobre a dinâmica e a complexidade deste campo de pesquisa e estudo, contribuindo, assim, para que possamos compreender melhor a relação entre os espaços formais e não-formais de educação, bem como refletir sobre o papel de nossas instituições de memória na prática educativa.

O tema é abordado a partir de três eixos temáticos: no primeiro programa apresenta-

mos o museu como lugar de memória, no segundo refletimos sobre o museu como espaço de pesquisa e produção de conhecimento, no terceiro mostramos os museus como espaços de cidadania. No programa 4, por meio de entrevistas com especialistas, e no programa 5, por meio de um amplo debate, estes eixos são problematizados de forma transversal, visando mostrar as particularidades, limites e potencialidades dos espaços formais e não-formais de educação e o que é feito, hoje, na tentativa de aproximá-los, explorando suas especificidades. A série também analisa a relação com a memória, buscando ampliar o entendimento do professor sobre a riqueza de nossas práticas de memória, mostrando como os diversos

segmentos sociais lidam com a questão da transmissão de valores e experiências entre as gerações. A intenção é contrapor visões mais institucionalizadas às práticas populares menos formalizadas, contribuindo assim para questionarmos idéias do senso comum que insistem em dizer que somos um país sem memória. Afinal, devemos nos perguntar: a quem serve este discurso e quais as consequências de reproduzirmos sem pen-

sar afirmações como estas? Neste sentido, acreditamos que é importante refletir sobre a fragilidade das instituições oficiais de memória no Brasil, ao mesmo tempo em que pensamos em modelos alternativos a essas instituições. Para isso, entendemos que é fundamental reconhecermos o valor e a importância das práticas populares e comunitárias na construção de nossa memória social.

TEXTOS DA SÉRIE *MUSEU E ESCOLA: EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO-FORMAL*⁴

TEXTO 1 : MUSEU COMO LUGAR DE MEMÓRIA

O LUGAR SOCIAL DA MEMÓRIA

O texto do primeiro programa da série propõe uma reflexão sobre o que é um museu. Ao apresentar a amplitude da definição dada pelo ICOM, analisa-se o que dá particularidade aos museus. A partir de uma breve história deste campo, busca-se mostrar como surgem os museus modernos, como se constituem as coleções e como elas estão na base da criação dos museus. Também é proposta uma reflexão sobre o conceito de coleção, abordando diversas práticas de colecionamento: dos gabinetes de curiosidades, passando pe-

los museus de história natural, chegando hoje aos museus temáticos e comunitários. Procura-se mostrar, ainda, como são escolhidos e selecionados os objetos que fazem parte destas coleções, o que está por trás dos processos complexos de construção de narrativas nacionais e demais representações sociais, o lugar da memória e o “boom” dos museus na atualidade. No programa de TV, através de entrevistas com profissionais responsáveis pela atual Política Nacional de Museus, são também discutidos alguns dados sobre museus

4 Estes textos são complementares à série *Museu e escola: educação formal e não-formal*, com veiculação de 4 a 8 de maio de 2009 no programa Salto para o Futuro / TV Escola (MEC).

no Brasil, enfocando o trabalho que vem sendo feito na constituição do Cadastro Nacional de Museus e na consolidação do

IBRAM. Concluindo, numa perspectiva sociológica, pretende-se analisar qual o papel social dos museus no mundo de hoje.

TEXTO 2: MUSEU COMO LUGAR DE PESQUISA

O VISÍVEL E O INVISÍVEL NO MUSEU

O texto do segundo programa visa apresentar as diversas unidades que compõem os museus, abordando as atribuições dos museus, as coleções, os acervos, o espaço expositivo e o circuito expositivo, a reserva técnica, dentre outros. Ao falar sobre acervos, serão discutidos: quais as particularidades destes espaços? Como eles se constituem e se mantêm? Pretende-se mostrar, também, que nem tudo o que existe num museu está disponível para o público, uma vez que, em geral, a maior parte dos “objetos” de um museu fica guardada em lugares especiais e precisa de cuidados extras para ser conservada. Também serão apresentados, através de alguns exemplos, quais são os profissionais que trabalham nos museus: o que fazem os museólogos, os pesquisadores, os curadores, os montadores e os demais profissionais que atuam no dia-a-dia destas instituições? As técnicas de conservação e restauro,

os instrumentos de trabalho, as etapas no processo de restauro, as condições de conservação e a qualificação da mão-de-obra, as etapas e os profissionais envolvidos na montagem de uma exposição e os maiores desafios, hoje, no uso de novas tecnologias e na interação com o público são temas a serem abordados no programa de TV. Outros temas a serem analisados no programa têm como foco estas questões: Os museus e centros culturais têm sua existência vinculada à idéia de que é importante oferecer ao público experiências e uma relação diferenciada com o universo do saber, da cultura e do conhecimento humano. A partir desta perspectiva, quais seriam as especificidades destes espaços? Que questões norteiam hoje estas relações? Como a escola faz uso dos espaços de exposição, acervos e arquivos? Quais os princípios que regem as atividades educativas nestes dois universos?

8

TEXTO 3: MUSEU COMO LUGAR DE CIDADANIA

OS MUSEUS E SEU PÚBLICO

No texto deste terceiro programa, busca-se refletir sobre os museus como espaços di-

ferenciados, como locais privilegiados de experimentação de outras formas de socia-

bilidade, espaços de cidadania, que nos oferecem a possibilidade de vivenciar outras práticas culturais. No programa de TV serão apresentadas entrevistas com profissionais de museus de Artes, Ciências e História, buscando descobrir como se dá a relação e o contato destes espaços com o público e quais são as práticas diferenciadas de mediação em diversas instituições.

Quais são as diversas formas de interação e as diferentes estratégias adotadas para estabelecer uma comunicação mais efetiva com o público? Para responder a esta questão, serão dados exemplos de várias iniciativas e ações educativas desenvolvidas hoje em museus brasileiros. O programa pretende refletir ainda sobre: qual é o

público dos museus no Brasil? Qual o perfil do público que frequenta estas instituições? O que tem sido feito para mudar o cenário atual? Como são feitas as pesquisas sobre o público dos museus? Quais os desafios nesta área? O público preferencial dos museus é a escola? Professores e/ou alunos, para quem se destinam os projetos educativos? Por quê? Como é a relação dos museus com o público escolar? O que é oferecido? Qual o papel da educação em museus? O que significa educar no espaço de um museu? Que estratégias adotar para um processo educativo significativo no espaço de um museu? Quais conteúdos devem ser abordados e como abordá-los nos museus? A intenção é discutirmos também os impasses e desafios neste campo.

TEXTO 1

MUSEU COMO LUGAR DE MEMÓRIA¹

Andréa Falcão²

BREVÍSSIMA HISTÓRIA DOS MUSEUS

Existe uma controvérsia sobre o surgimento dos museus e sobre qual deles deve ser considerado o primeiro do mundo. Alguns autores sugerem que deveríamos considerar que os museus teriam começado com a lendária Biblioteca de Alexandria, com seu complexo de salas de estudo, bibliotecas, jardim botânico, parque zoológico e observatório astronômico. No entanto, o primeiro museu criado de acordo com a moderna acepção da palavra, no entendimento da maioria dos historiadores desta área, foi o Museu do Louvre, em 1793, em Paris, na França.

Museu é uma palavra de origem latina proveniente do termo *Museum*, que por sua vez deriva do grego *mouseion*. Inicialmente, faz referência ao templo dedicado às nove Mu-

sas, filhas de Zeus com Mnemosine, a deusa da Memória. No entanto, foi só a partir do Renascimento que este termo passou a ser aplicado em relação a coleções de objetos de valor histórico e artístico.

Poderíamos dizer que o hábito de colecionar determinados objetos remonta, poderíamos dizer assim, à pré-história, como testemunham os “sambaquis” encontrados em sítios arqueológicos. Conforme referências registradas em textos clássicos, como em Homero e Plutarco, historiadores afirmam que já se encontravam na Antiguidade, coleções de objetos de arte ou de materiais raros ou preciosos. Sabemos também que reunir obras de arte, durante a Idade Média, era visto como uma demonstração de prestígio.

10

1 Usamos aqui a expressão “lugares de memória” no sentido que foi empregado por Pierre Nora. Como apresenta Neves em seu artigo Lugares de Memória da Medicina no Brasil, “A expressão lugares de memória foi criada pelo historiador francês Pierre Nora. Convencido de que no tempo em que vivemos os países e os grupos sociais sofreram uma profunda mudança na relação que mantinham tradicionalmente com o passado, Pierre Nora acredita que uma das questões significativas da cultura contemporânea situa-se no entrecruzamento entre o respeito ao passado – seja ele real ou imaginário – e o sentimento de pertencimento a um dado grupo; entre a consciência coletiva e a preocupação com a individualidade; entre a memória e a identidade.” Neves, Margarida de Souza. In: <http://www.historiaecultura.pro.br/cienciaepreconceito/lugaresdememoria.htm>. [1] - Cf. Entrevistas com Pierre NORA em www.eurozine.com e em www.gallimard.fr, consultadas em 28 de dezembro de 2005.

2 Doutoranda em Ciências Sociais pelo PPCIS – UERJ. Mestre em Memória Social pela UNIRIO, Formada em Educação Artística e História da Arte - UERJ. É professora de Patrimônio Cultural, Membro da Rede de Educadores em Museus e do Fórum de Culturas Populares, Indígenas e Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro. Consultora da série.

A partir do advento das grandes navegações e da descoberta de novos continentes, a formação de coleções de objetos artísticos ou curiosidades naturais foi bastante estimulada, servindo, inclusive, de base para os famosos gabinetes de curiosidades. Alguns dos museus mais importantes da atualidade, constituídos na Europa do século XVIII, surgiram a partir destes acervos provenientes de coleções particulares ou reais.

Podemos, assim, dizer que os primeiros museus surgiram de coleções privadas de pessoas, famílias ou instituições muito ricas. Estes museus, no entanto, eram acessíveis apenas para uma minoria bem restrita de pessoas. Era difícil entrar neles. O primeiro museu verdadeiramente público, como se compreende hoje, foi o Museu do Louvre, aberto após a Revolução Francesa. Esta foi a primeira vez na história que se permitiu acesso livre às antigas coleções da realeza francesa para pessoas de todos os estratos sociais. O museu era então visto como instrumento de educação e esclarecimento do “povo”, agente importante na consolidação dos Estados nacionais. Este conceito de museu como um agente do fervor nacionalista teve grande influência na Europa. De acordo com pesquisa realizada no instrumento de busca escolavesper.com.br:

O avanço do conhecimento, a influência dos enciclopedistas franceses e o aumento da democratização da sociedade provocado pela Revolução Francesa fazem surgir o conceito de coleção como instituição pública, chamada “museu”. Assim o primeiro verdadeiro museu público foi criado, em 1793, na França, pelo Governo Revolucionário de Robespierre: o Museu do Louvre, com suas coleções acessíveis a todos, com finalidade recreativa e cultural.

O Séc. XIX é a época em que surgem muitos dos maiores e mais importantes museus em todo o mundo. São coleções particulares que se tornam públicas (...)³.

Só posteriormente começaram a surgir os museus modernos especializados em determinados temas ou áreas: museus universitários; museus de história, de ciências e artes. Porém, muitas e intensas foram as transformações a que estiveram sujeitas estas instituições ao longo dos séculos XIX e XX, culminando com críticas severas sobre o papel e a função dos museus, ao longo da década de 1970, oriundas dos mais diversos campos do saber, como expõe Myriam Sepúlveda Santos⁴. Segundo a autora,

3 Fontes: Enciclopédia Mirador Internacional, Enciclopédia Britannica do Brasil Publicações Ltda. Citado por http://orbita.starmedia.com/casalimabotelho/hist_museus.htm

4 Santos, Myriam Sepúlveda. Museus brasileiros e política cultural. *Rev. bras. Ci. Soc.* vol.19 n.55. São Paulo, Junho de 2004. In: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092004000200004&script=sci_arttext

Dizia-se que os museus representavam os lugares das histórias oficiais, do autoritarismo das elites ou ainda das sociedades sem história. Com o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, diagnosticava-se o seu desaparecimento. Segundo um dos diretores do Museu Britânico, a imagem de sua instituição na época era a de uma instituição po- eirenta, atra- sada, repleta de múmias decadentes e mármores sem senti- do (Wilson, 1989). Atual- mente, ob- servamos o que muitos denominam como sendo a era dos mu- seus e, embora o papel desempenhado por eles ainda seja criticado, principal- mente por aqueles que têm ressalvas à indústria cultural, é notório o sucesso dos museus junto ao público e crescen- te o número de análises que o conside- ram um espaço dinâmico e criador de narrativas culturais múltiplas, capazes de atender a um público diferenciado (MacDonald, 1996).

Ao analisar as transformações das úl- timas décadas, Huysen ressalta que,

(...) como instituição dedicada à memória e à celebração do passado, os museus desempenham um papel fundamental na construção de ideologias e identidades nacionais e sociais.

talvez, pela primeira vez na história, o museu, em seu sentido mais amplo, te- nha assumido o lugar do filho favorito entre as instituições culturais. O mu- seu, como espaço da preservação da cultura das elites e do discurso oficial, teria sido substituído por uma institui- ção que se abre aos meios de comuni- cação de massa e ao grande público. O

autor oferece-nos um diagnóstico da transformação do papel social dos museus em socie- dades contempo- râneas e abre um leque de possibili- dades e desdobra- mentos às práticas expositivas (Huys- sen, 1995).

Embora os museus sejam um dos dispositi- vos privilegiados através dos quais o passado é apresentado ao público, não podemos es- quecer que isso é feito por uma diversidade de instituições, meios e práticas. No entan- to, não podemos perder de vista que, como instituição dedicada à memória e à celebra- ção do passado, os museus desempenham um papel fundamental na construção de ideologias e identidades nacionais e sociais.

Os museus já foram tidos como grandes cen- tros da produção de conhecimento, princi-

palmente os Museus de História Natural, no entanto, ao longo do século XX e especialmente depois da Segunda Guerra Mundial as universidades foram se transformando nos centros de pesquisa e inovação por excelência. Porém, os museus continuam ainda hoje a abrigar coleções que são importantes fontes tanto para a pesquisa como para o entretenimento e a educação.

DEFININDO MUSEUS

A partir de uma rápida pesquisa sobre o conceito de museu, em alguns dicionários e sites de referência, podemos notar que a função educativa é parte integrante da definição do termo. Encontramos no site do Sistema Brasileiro de Museus duas definições extraídas, respectivamente, dos dicionários Aurélio e Houaiss:

Museu - Acepções · substantivo masculino 1 templo das Musas 2 (1789) instituição dedicada a buscar, conservar, estudar e expor objetos de interesse duradouro ou de valor artístico, histórico etc. Ex.: o Museu Histórico Nacional 3 Derivação: por metonímia. local onde tais objetos são expostos Ex.: são peças dignas de figurar em um m. 4 Derivação: por analogia. coleção, reunião de objetos raros; miscelânea, variedade. Etimologia gr. mouseïon, ou ‘templo das Musas, lugar onde as Musas residem;

p.ext., lugar no qual se exercita a poesia; escola’, através do lat. muséum, i ‘templo das Musas; museu, biblioteca; academia’.

Ou ainda:

Museu - mu.seu sm (gr mouseïon) 1 Coleção de objetos de arte, cultura, ciências naturais, etnologia, história, técnica etc. 2 Lugar destinado ao estudo e principalmente à reunião desses objetos. 3 Casa que contém muitas obras de arte. 4 Reunião de musas. M. científico: aquele que se destina a documentar as conquistas da ciência e da tecnologia. M. de Belas-Artes: museu de obras de pintura, escultura e gravura. M. histórico: lugar onde estão expostos objetos de arte referentes à História e que recompõem uma série de fatos.

13

Se tomarmos como referência a definição dada pelo ICOM⁵, entendemos que o museu se caracteriza por ser:

Instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público e que adquire, conserva, investiga, difunde e expõe os testemunhos materiais do homem e de seu entorno, para educação e deleite da sociedade.

Além das instituições designadas como “Museus”, se considerarão incluídas nesta definição:

5 O ICOM (Conselho Internacional de Museus) é uma organização internacional ligada à UNESCO, fundada em 1946, que congrega museus e profissionais de museus. Ao ICOM está confiada a preservação e a difusão do patrimônio mundial - cultural e natural, presente e futuro, material e imaterial - para a sociedade.

- *Os sítios e monumentos naturais, arqueológicos e etnográficos*
- *Os sítios e monumentos históricos de caráter museológico, que adquirem, conservam e difundem a prova material dos povos e de seu entorno*
- *As instituições que conservam coleções e exibem exemplares vivos de vegetais e animais*
- *como os jardins zoológicos, botânicos, aquários e vivários*
- *Os centros de ciência e planetários*
- *As galerias de exposição não comerciais*
- *Os institutos de conservação e galerias de exposição, que dependam de bibliotecas e centros arquivísticos*
- *Os parques naturais*
- *As organizações internacionais, nacionais, regionais e locais de museus*
- *Os ministérios ou as administrações sem fins lucrativos, que realizem atividades de pesquisa, educação, formação, documentação e de outro tipo, relacionadas aos museus e à museologia*
- *Os centros culturais e demais entidades que facilitem a conservação e a continuação e gestão*

Os museus possuem um caráter educacional vinculado à sua própria origem, uma vez que, desde o início, se configuravam como espaços de pesquisa e ensino.

de bens patrimoniais, materiais ou imateriais

- *Qualquer outra instituição que reúna algumas ou todas as características do museu, ou que ofereça aos museus e aos profissionais de museus os meios para realizar pesquisas nos campos da Museologia, da Educação ou da Formação.*

Ainda segundo o ICOM, os “museus são importantes meios para o intercâmbio cultural, para o enriquecimento das culturas e para o desenvolvimento do entendimento mútuo, cooperação e paz entre os povos”.

14

EDUCAÇÃO E AÇÕES EDUCATIVAS EM MUSEUS

Os museus possuem um caráter educacional vinculado à sua própria origem, uma vez que, desde o início, se configuravam como espaços de pesquisa e ensino. Segundo José M. Brandão⁶ (1996, p. 66-67),

As preocupações com a educação em museus são já muito antigas, embora frequentemente

6 Brandão, José M. ACÇÃO CULTURAL E EDUCAÇÃO EM MUSEUS. In: http://cadernosociomuseologia.ulusofona.pt/Arquivo/sociomuseologia_1_22/Cadernos%2005%20-1996.pdf.

se considere ser o Abbé Gregoire, fundador do Conservatoire des Arts et Métiers em Paris (1794 - finais do século XVIII), o grande impulsionador destas questões, preocupado que estava com a formação técnica dos artífices franceses.

No entanto, só a partir do início do nosso século é que se começaram a fazer os primeiros trabalhos de observação dos visitantes e avaliação do tipo e a qualidade das informações fornecidas nos museus, podendo ainda dizer-se que os problemas envolvidos nas questões da acção cultural nos museus só nas últimas duas décadas têm sido tratados com maior profundidade.

Da mesma forma, para Luis Oliveira Henriques, em seu artigo “A comunicação na escola e no museu”⁷:

Apenas à primeira vista, escola e museu nada terão em comum. Uma breve pausa e, logo, surgirão relações possíveis. Uma pausa maior e o título deste trabalho assemelhar-se-á à ponta visível do “iceberg”. Já há muito tempo que as escolas realizam visitas de estudo a museus. Estes, por sua vez, reconheceram a importância do público escolar e criaram os “sectores educativos”. A nível internacional, este reconhecimento remontará a 1952, com a publicação, pelo ICOM, do texto “Musée et Jeunesse”, seguido de

“Musée et personnel enseignant”, no ano de 1956. Em 1964, realizava-se, em Paris, o colóquio “Le rôle éducatif et culturel des musées” e, em 1965, na sequência de toda esta movimentação, o “Comité de l’ ICOM pour l’éducation” passava a “Comité pour l’éducation et l’action culturelle”. Era a consagração do museu enquanto local de educação e, desde então, esse papel não deixaria de ser equacionado à luz da evolução das concepções de “educação” e das transformações sociais.

Desta forma, vemos que, ao refletirmos sobre a relação entre museus e escolas, temos sem sombra de dúvida que rever nosso entendimento sobre “a” educação e sobre os “processos” educativos, compreender qual é a nossa concepção sobre aprendizado, respondendo questões como essas: por que, para quem, o que e onde se ensina?

AÇÕES EDUCATIVAS EM MUSEUS NO BRASIL

Podemos dizer que, no Brasil, as instituições museológicas antecedem as universidades, exercendo papel pioneiro na institucionalização de certas áreas de conhecimento no país. Os museus de Ciências, por exemplo, através de suas coleções, foram muito importantes para os estudos das Ciências Naturais.

7 Henriques, Luis Oliveira. A comunicação na escola e no museu”. In: http://cadernosociomuseologia.ulusoфона.pt/Arquivo/sociomuseologia_1_22/Cadernos%2005%20-1996.pdf

Se nos propusermos a estudar a história das ações educativas nos museus brasileiros, podemos ver que ela engloba desde ações pontuais de caráter experimental local até estratégias institucionais e políticas setoriais de abrangência nacional. Trata-se de um campo bastante amplo e muito diversificado.

Podem ser entendidas como práticas educativas atividades tais como: visitas “orientadas”, “guiadas”, “monitoradas” ou mesmo “dramatizadas”, programas de atendimento e preparo dos professores, oficinas, cursos e conferências, mostras de filme, vídeos, práticas de leitura, contação de histórias, exposições itinerantes, além de projetos específicos desenvolvidos para comemorar determinadas datas e servir de suporte para algumas exposições. Além dos materiais educativos e informativos editados com a finalidade de servir a estas práticas, tais como: edição de livros, jogos, guias, folders e folhetos diversos, folhas de atividades, kits de materiais pedagógicos, áudio-guide (guia auditivo), aplicativos multimídia, CD-ROM, site institucional na internet, etc.

O que nos chama a atenção é que, pela diversidade das instituições e por sua abrangência, tanto no que diz respeito à natureza dos acervos e campos disciplinares em que se inserem, quanto devido à relação que esta-

belecem com o público, não é possível ainda traçarmos uma cronologia única das ações educativas em museus no Brasil. Penso que teríamos antes que mapear pormenorizadamente três grandes áreas disciplinares: a dos museus de ciência, a dos museus históricos e a dos museus de arte, e depois, através de uma análise comparativa, desenhar os caminhos de seu desenvolvimento e seus eventuais intercâmbios. No momento, isso é ainda um projeto a realizar.

Porém, como aponta Bemvenuti (2008)⁸, ao apresentar um resumo sucinto dos momentos e dados marcantes na formação deste campo:

“A história das ações educativas nos museus brasileiros percorre desde a realização de ações experimentais isoladas até as intenções políticas, inicialmente desenvolvidas em museus de história. (...) Relembro aqui alguns movimentos importantes quando os olhares se voltaram para a educação em museus, primeiramente, a criação do Curso de Museu no Museu Histórico Nacional, em 1932, liderado por Gustavo Barroso; seguindo com o incentivo do Movimento das Escolinhas e Clubes de Arte Infantil para a aproximação das crianças com os museus

8 Bemvenuti, Alice. Museus e educação em museus: história, metodologias e projetos. Com análises de caso: museus de arte contemporânea de São Paulo, Niterói e Rio Grande do Sul. In: http://200.189.113.123/diaadia/diadia/modules/mydownloads_01/viewcat.php?cid=33&min=15&orderby=titleA&show=5&PHPSESSID=b650e4fb06c9e265352ebe3445003b3a

nas décadas de 50/60/70; e as poucas (e vitoriosas) publicações brasileiras que ofereceram subsídios sobre a educação em museus, em diferentes níveis, ao longo do século XX.

Citamos algumas publicações e atividades em museus no Brasil ao longo do século XX. Em 1937: o livro Organização de Museus Escolares, de Leontina Silva Busch, São Paulo; em 1939: a conferência A Função Educadora dos Museus realizada por Francisco Venancio Filho, Petrópolis, RJ; em 1946: publicação realizada por José Valla-dares, Salvador, BH; em 1958: o livro A Extensão Cultural nos Museus, de Edgar Süssekind de Mendonça, Rio de Janeiro; Recursos Educativos dos Museus Brasileiros, escrito por Guy de Hollanda, Rio de Janeiro; a segunda edição do livro Museu e Educação, de F. dos Santos Trigueiros, Rio de Janeiro; o texto O Museu e a Criança, que se encontra nos Anais do Museu Histórico Nacional de Sigrid P. de Barros, Rio de Janeiro. Além do Seminário Regional da UNESCO sobre a Função Educativa dos Museus, realizado no MAM-Rio de Janeiro, também em 1958.

A partir da década de 50, a atuação dos museus MASP, MAM-RJ e MAM-SP, que tinham, como pressuposto de seu projeto didático, a necessidade de educar o público – acostumado aos valores estéticos tradicionais –, quanto ao novo conceito de arte moderna (D´HORTA, 1995, p. 31).

Relembramos que, em 1952, o MAM-RJ convida o artista Ivan Serpa para coordenar oficinas de arte infantil e, neste mesmo ano organiza 1ª Exposição de Arte Infantil. Também, em 1952, o MAM-SP instala a Escola de Artesanato, tendo, como coordenador, Nelson Nóbrega. Esta escola funciona ativamente até 1959.

(...) o que estamos querendo dizer quando falamos que os museus são espaços de educação não-formal? Como definir estes espaços? O que distinguiria um espaço formal de um não-formal?

Ana Mae Barbosa, no texto “Arte-educação em um museu de arte”⁹ comenta que: (...) no Brasil, o trabalho do arte-educador nos museus tem sido improvisado, desde os anos 50, quando Ecylla Castanheira Brandão e Sigríd Porto de Barros começaram a organizar os primeiros serviços educativos em museus, no Rio de Janeiro. Segundo a autora, apesar da quantidade crescente de cursos de Educação Artística, nenhum prepara especificamente o arte-educador para o trabalho em museus.

ESPAÇOS DE EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL

Mas, afinal de contas, o que estamos querendo dizer quando falamos que os museus são espaços de educação não-formal? Como definir estes espaços? O que distinguiria um espaço formal de um não-formal? Antes de tudo, estas perguntas apontam que é necessário refletir sobre o que entendemos por educação formal e não-formal. Segundo M. Lucia Bianconi e Francisco Caruso¹⁰, as diferentes formas educacionais podem ser classificadas, de uma maneira geral, como:

(...) educação formal, educação não-formal e educação informal. A educação formal pode ser resumida como aquela que está presente no ensino escolar institucionalizado, cronologicamente gradual e hierarquicamente estruturado, e a informal como aquela na qual qualquer pessoa adquire e acumula conhecimentos, através de experiência diária em casa, no trabalho e no lazer. A educação não-formal, porém, define-se como qualquer tentativa educacional organizada e sistemática que, normalmente, se realiza fora dos quadros do sistema formal de ensino.

No que diz respeito à forma de ensino-aprendizagem, a educação vem sendo dividida em três categorias; educação escolar ou formal – aquela desenvolvida nas escolas; educação informal, – aquela que decorre de processos naturais e espontâneos, transmitida pela família e demais espaços sociais; e educação não-formal, aquelas práticas educativas estruturadas que ocorrem fora da instituição escolar.

Como aponta Gohn¹¹, é necessário distinguir e demarcar as diferenças entre os conceitos de educação formal e não-formal. Para a autora:

(...) a educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização - na família, bairro, clube, amigos etc., carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados; e a educação não-formal é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianos.

18

¹⁰ Bianconi, M. Lucia and Caruso, Francisco. Educação não-formal. Cienc. Cult., Dez 2005, vol.57, n.4, p.20-20. ISSN 0009-6725. In: <http://cienciaecultura.bvs.br/cgi-bin/wxis.exe/jiah/>

¹¹ GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal na pedagogia social. In: Proceedings of the 1. I Congresso Internacional de Pedagogia Social, 2006, São Paulo (SP) [online]. 2006 [cited 31 March 2009]. Available from: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000092006000100034&lng=en&nrm=iso> .

Desta forma, ainda para Gohn, é importante destacar que:

A educação não-formal designa um processo com várias dimensões, tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e o exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor; a educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica etc. Em suma, consideramos a educação não-formal como um dos núcleos básicos de uma Pedagogia Social.

Gohn nos faz ainda refletir sobre a finalidade ou objetivos de cada um dos campos de educação assinalados. Para a autora,

Na educação formal, entre outros objetivos destacam-se os relativos ao ensino e aprendizagem de conteúdos historicamente sistematizados, normalizados por leis, dentre os quais destacam-se o de formar o indivíduo como um cidadão ativo, desenvolver habilidades e compe-

tências várias, desenvolver a criatividade, percepção, motricidade etc. A educação informal socializa os indivíduos, desenvolve hábitos, atitudes, comportamentos, modos de pensar e de se expressar no uso da linguagem, segundo valores e crenças de grupos que se frequenta ou que pertence por herança, desde o nascimento. Trata-se do processo de socialização dos indivíduos. A educação não-formal capacita os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo, no mundo. Sua finalidade é abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais. Seus objetivos não são dados a priori, eles se constroem no processo interativo, gerando um processo educativo. Um modo de educar surge como resultado do processo voltado para os interesses e as necessidades que dele participam. A construção de relações sociais baseadas em princípios de igualdade e justiça social, quando presentes num dado grupo social, fortalece o exercício da cidadania. A transmissão de informação e formação política e sociocultural é uma meta na educação não formal. Ela prepara os cidadãos, educa o ser humano para a civilidade, em oposição à barbárie, ao egoísmo, individualismo etc.

Para refletir melhor sobre o que se quer dizer quando se fala de espaços não-formais de educação, percebemos que é importante

refletir sobre três níveis diferentes: primeiro prestar atenção aos conteúdos e à maneira como são apresentados ao público; segundo, observar as atividades propostas por estes espaços e a maneira como a escola se relaciona com eles; terceiro, investigar a história e a dinâmica institucional.

RELAÇÃO ESCOLA-MUSEU

A escola e o museu têm diferentes propostas e são diferentes espaços educacionais. Alguns autores têm procurado diferenciar escolas e museus frisando as particularidades de cada um desses espaços educativos. Base-

ando-nos em algumas diferenças propostas apresentadas por Allard et alii (1996), estes espaços se diferenciam segundo seu objeto, sua relação com o público, a natureza das atividades propostas, a forma de apresentar o conteúdo, o tempo e a periodicidade das ações. Além disso, museus, arquivos, coleções, bem como outros lugares de memória, possuem cultura

própria, ritos e códigos específicos a seu campo disciplinar.

Nós nos indagamos, porém, que motivos levam os professores a buscar os espaços educativos não-formais como lugares alternativos de aprendizagem. Dentre os aspectos mais comentados pelos professores estão “a apresentação interdisciplinar dos temas,

a interação com o cotidiano dos estudantes e, por fim, a possibilidade de ampliação cultural proporcionada pela visita”. Pois como nos diz Helena Maria Marques Araújo¹²,

20

Ao oferecer acesso a novas linguagens, tecnologias, conhecimentos e valores, estimulando a curiosidade dos visitantes, museus e centros culturais são reconhecidamente instrumentos que favorecem o aprendizado.

Quando os professores procuram os museus querem e desejam encontrar um

lugar alternativo à aprendizagem, além de se depararem com temas apresentados de forma interdisciplinar. Isto é fundamental para que possamos pensar que precisamos ampliar a parceria dos museus com as universidades, secretarias municipais e estaduais para a realização de cursos de formação de professores em todos os níveis.

12 Araújo, Helena Maria Marques. MEMÓRIA E PRODUÇÃO DE SABERES EM ESPAÇOS EDUCATIVOS NÃO-FORMAIS. In: <http://www.rj.anpuh.org/Anais/2006/conferencias/Helena%20Maria%20Marques%20Araujo.pdf>.

Ao oferecer acesso a novas linguagens, tecnologias, conhecimentos e valores, estimulando a curiosidade dos visitantes, museus e centros culturais são reconhecidamente instrumentos que favorecem o aprendizado. No entanto, é importante, que se faça uma análise mais atenta sobre o espaço que se pretende visitar e a maneira como o conteúdo é nele veiculado para que possamos ter um melhor aproveitamento da visita, tanto por parte dos professores como pelas escolas. Entendemos, assim, que espaços não-formais de educação podem ser bons aliados, complementando o trabalho escolar.

Uma vez que *ensinar é bem mais que promover a fixação de termos e conceitos; é privilegiar situações de aprendizagem que possibilitem ao aluno a formação de sua bagagem cognitiva*, entendemos que as coleções e os museus, pelas possibilidades que oferecem como base de investigação e também por sua capacidade de estimular debates e experiências diferenciadas, constituem-se em um recurso de elevado potencial científico, político e cultural, e desta forma devem ser usados e aproveitados pelos professores, alunos, ou seja, pela comunidade escolar como um todo.

Ao discutirmos a relação entre escola e museu, temos como objetivo contribuir para a valorização das propostas educativas desenvolvidas nestes espaços, tanto aquelas em-

preendidas pelos espaços culturais e seus departamentos ou áreas educativas como pelas iniciativas de escolas e professores que vêem estes espaços como lugares especiais para ampliar o trabalho educativo que realizam. Desta forma, teremos também a possibilidade de abrir-nos para refletir sobre a relação entre espaços formais e não-formais de educação de maneira mais ampla e proveitosa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CAZELLI, Sibeles; FRANCO, Creso. *Ciência, Cultura, Museus, Jovens e Escolas: Quais as Relações?* Rio de Janeiro, 2005.

FRONZA-MARTINS, Aglay Sanches. *Da magia à sedução: a importância das atividades educativas não-formais realizadas em Museus de Arte.*

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal na pedagogia social. In: *Proceedings of the 1.º Congresso Internacional de Pedagogia Social*, 2006, São Paulo (SP) [online]. 2006 [cited 15 December 2008]. Available from: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000092006000100034&lng=en&nrm=iso>.

Trecho selecionado do texto “Ação cultural e educação no Museu”, de José M. Brandão. *Cadernos 05*, 1996.

MUSEU COMO LUGAR DE PESQUISA

*Daniel Bitter*²

O MUSEU COMO ESPAÇO DE PESQUISA E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

Pode-se dizer que o surgimento dos museus como espaços de pesquisa e produção de conhecimento, assim como a ciência, só foi possível quando os saberes disciplinares se emanciparam das práticas religiosas, dando lugar a um novo espírito de aprendizado, centrado na experiência e na observação da natureza. Foi neste contexto de mudanças, ocorrido durante o século XVIII na Europa, que objetos, documentos, fósseis, plantas, pedras, etc. coletados, armazenados, selecionados, classificados, conservados e exibidos pelos museus ganharam importância crescente.

AS ATRIBUIÇÕES DO MUSEU

Os museus têm se transformado profundamente desde sua criação, refletindo as mudanças históricas. Existem muitas maneiras de definir os museus, mas todas concordam com a definição abrangente estabelecida

pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM) de que se trata de instituições de interesse público com a finalidade de conservar, estudar, expor e valorizar os testemunhos materiais do homem e de seu ambiente, para educação e lazer da sociedade. Partindo dessa definição, são considerados museus: aquários, jardins zoológicos e botânicos, sítios e monumentos naturais e arqueológicos, centros de ciência e cultura que abrigam acervos, galerias de arte, exposições não comerciais, entre outras tantas².

Os museus podem ser constituídos em torno de temáticas extremamente variadas, cobrindo uma vasta área da produção humana. O conhecimento que os museus se propõem a difundir é majoritariamente centrado na visualidade dos objetos exibidos através de exposições. O valor que esses objetos adquirem enquanto documentos está na sua capacidade de tornar presentes realidades dis-

1 Doutor em Antropologia Cultural pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor assistente da Universidade Estácio de Sá, lecionando no curso de pós-graduação em Artes Visuais, responsável pela disciplina Antropologia da Arte.

2 www.icom.org.br

tantes, pois são considerados como partes, fragmentos ou vestígios dessas realidades. Importante, entretanto, é observar que o conhecimento de uma determinada realidade não se esgota nos objetos que supostamente a representam, devendo-se buscá-lo de outras formas. Desse modo, não podemos conhecer a totalidade da vida social e cultural dos aborígenes australianos apenas por meio de alguns objetos extraídos de seu contexto original.

Por outro lado, há também museus nos quais as coleções são formadas por arquivos sonoros, como é o caso dos museus relacionados à música. Mesmo nestes casos, diversos materiais costumam acompanhar os arquivos musicais como fotografias, partituras, instrumentos musicais, etc., oferecendo uma visão global sobre a produção musical de uma determinada época ou região, tornando-a de certo modo presente.

O conhecimento que os museus se propõem a difundir é majoritariamente centrado na visualidade dos objetos exibidos através de exposições. O valor que esses objetos adquirem enquanto documentos está na sua capacidade de tornar presentes realidades distantes, pois são considerados como partes, fragmentos ou vestígios dessas realidades.

Numerosas e abrangentes são também as atribuições dos museus, como constituir e preservar coleções de objetos de natureza variada, restaurá-los quando necessário, exibi-los na forma de exposições temporárias ou permanentes, disponibilizar informações sobre os acervos, desenvolver pesquisas, fomentar ações educativas, promover o contato com outros universos culturais, etc.

Grande parte dessas funções é realizada cotidianamente nos museus e envolve um grupo de profissionais especializados.

Muitos desses profissionais e suas tarefas são invisíveis para o público que visita as

exposições. No entanto, essas práticas são fundamentais para garantir a guarda e a conservação dos objetos, sua apresentação e exposição, enfim, para mediar a relação do público com as coleções e as demais fontes de conhecimentos dos museus.

A FORMAÇÃO DAS COLEÇÕES

Assim como são muito diversificadas as atribuições dos museus, também o são as suas coleções. Os recortes temáticos das coleções podem se dar por período histórico, como é o caso do Museu da República - RJ, por classe de objetos, como se verifica no Museu da Marioneta³ de Lisboa, dedicados a certas personalidades e a sua obra, exemplificado pelo Museu Picasso⁴ em Barcelona, por área geográfica, conforme se verifica nas ruínas romanas de Conimbriga (Portugal), mantidas sob a tutela do Museu Monográfico de Conimbriga⁵, e assim por diante.

Os acervos museológicos são criados de muitas maneiras diferentes, no entanto, apresentam certas particularidades. Uma das formas pelas quais se formam acervos se dá por meio das coleções particulares que são transformadas, em geral, com a morte de seu colecionador em acervo público. Na maior parte dos casos essas coleções particulares são constituídas de forma amadora e intuitiva, sem uma preocupação museológica, para atender a requisitos e critérios pessoais. Esse tipo de acervo caracteriza-se por guardar uma profunda relação com o colecionador, refletindo suas concepções es-

tilísticas, intelectuais, ideológicas, estéticas, enfim, a sua própria história de vida e personalidade. É o caso, por exemplo, da coleção de arte de Gilberto Chateaubriand, abrigada em regime de comodato no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM)⁶, ou da coleção Calouste Gulbenkian⁷, resguardada na Fundação que leva o mesmo nome sediada em Lisboa, Portugal.

Coleções podem também ser constituídas a partir de um projeto museológico prévio que serve de orientação para as aquisições. Frequentemente, esses planos são orientados por longas pesquisas, envolvendo estudos, observações de campo e outros métodos de levantamento de dados. Esses mesmos procedimentos metodológicos podem ser adotados para se ampliar e atualizar diversos tipos de acervos. Os museus de maior porte, em geral, têm um setor de aquisições e costumam reservar recursos financeiros dentro de seu plano orçamentário para este fim.

Ocasionalmente, acervos museológicos podem também ser formados por meio de doações espontâneas, mas, em todo caso, sempre haverá a necessidade de se averiguar o valor histórico, científico ou artístico desses objetos e sua conformação ao recorte temá-

3 www.museudamarioneta.egeac.pt

4 www.museupicasso.bcn.es

5 www.conimbriga.pt/

6 www.mamrio.com.br

7 www.museu.gulbenkian.pt/

tico e às concepções museológicas adotadas por essas instituições.

Nem tudo o que existe num museu está acessível para o público, pois a maior parte das coleções fica guardada em lugares especiais chamados de reservas técnicas. Contudo, de maneira geral estes objetos estão disponíveis a pesquisadores para fins de estudos ou ainda para figurarem em exposições promovidas por outras instituições.

OS PROFISSIONAIS DO MUSEU

Os museus são instituições altamente especializadas e, por isso, necessitam de profissionais qualificados, como museólogos, restauradores, curadores, técnicos de montagem e iluminação, pesquisadores, entre outros, que dominam práticas e conhecimentos especiais, como conservação de fotografias e documentos antigos, processos de restauração, classificação e organização das coleções, etc.

Alguns desses profissionais são responsáveis pela manutenção da reserva técnica, garantindo as condições de salvaguarda dos acer-

vos, o que envolve conhecimentos diversos ligados à conservação dos materiais. Ocasionalmente, alguns objetos necessitam ser restaurados por se encontrarem em estado avançado de deterioração. Este trabalho é normatizado por instruções internacionais, como é o caso da Carta do Restauro (Itália, 1972), e é idealmente realizado por restauradores em salas dotadas de instrumentos e de condições apropriadas a esta prática. Atualmente, muitos museus têm adotado os recursos da tecnologia digital para a conservação de suas coleções em suportes virtuais,

chegando mesmo a ampliar o seu acesso por meio da internet, CD-Rom's e outros meios eletrônicos, como é o caso da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil⁸.

Além de serem conservadas e restauradas, as coleções precisam ser organizadas e classificadas e estas são uma das inúmeras atribuições que cabem especialmente aos museólogos. Eles são também responsáveis por reunir informações sobre a história dos objetos que compõem os acervos. Essas informações que traçam o percurso dos objetos são sistematizadas e ficam

Nem tudo o que existe num museu está acessível para o público, pois a maior parte das coleções fica guardada em lugares especiais chamados de reservas técnicas.

registradas em fichas individuais, acessíveis a pesquisadores.

As exposições, sejam elas temporárias ou permanentes, costumam ser concebidas por um curador. Cabe ao curador criar e planejar as exposições, o que implica a escolha do tema e definição de sua abrangência, a seleção dos objetos e sua organização no espaço. O trabalho do curador é complementado por uma equipe de profissionais como pesquisadores, designers, iluminadores, montadores, fotógrafos, todos comprometidos com a realização efetiva das exposições.

Alguns museus possuem setores de pesquisa, difusão e educação. Os profissionais envolvidos nessas áreas podem estar comprometidos com a produção de conhecimentos e com formas de ampliar seu acesso, como por exemplo, através da edição de livros, catálogos, CD-Rom's, etc. Há ainda os profissionais que orientam e informam os visitantes nas exposições, visando, muitas vezes, a uma aproximação entre o museu e a escola. Em certos casos, os museus elaboram também atividades complementares às exposições, na forma de projetos de educação não-formal especialmente destinados a públicos escolares, como cursos, oficinas, etc.

RELAÇÃO ENTRE AS CIÊNCIAS E O MUSEU

Os museus já foram os grandes centros da produção de conhecimento nas diversas áreas temáticas e campos do saber e continuam a conservar e preservar coleções que são muito úteis para a pesquisa e produção de novos conhecimentos. Essas mudanças são em parte decorrentes das novas necessidades impostas pelas pesquisas científicas, exigindo procedimentos laboratoriais. Muitos museus, contudo, associaram-se a institutos de pesquisa que muito frequentemente se envolvem com os estudos relacionados às suas coleções, como é o caso do Museu Nacional-RJ⁹, ligado à Universidade Federal do Rio de Janeiro, que mantém diversos departamentos de pesquisa nas áreas da botânica, geologia, paleontologia etc.

Há, portanto, historicamente, um vínculo entre a formação das coleções museológicas e a produção de conhecimentos, de maneira que se pode dizer que a própria constituição das coleções e as formas de classificá-las e exibi-las refletem determinadas perspectivas teóricas e maneiras de se lidar com o conhecimento. Estas perspectivas não são fixas, pois se alteram com o passar do tempo e em função de novas descobertas. As pesquisas sobre os museus e suas histórias mostram que, ao longo do tempo, os objetos e cole-

26

ções foram sendo organizados e exibidos de formas diferentes, acompanhando as mudanças nos paradigmas de cada campo disciplinar, o que significa dizer que os museus também mudam, se transformam.

As exposições cumpriram durante certo tempo a função de legitimar idéias científicas, impondo ao público uma leitura linear, fato este que já foi bastante criticado. Os museus já foram também apontados como instituições que visam representar a versão oficial da história, bem como as identidades nacionais, ao determinarem o que deve ou não ser exibido. Entretanto, deve-se também considerar que por mais normativas que possam vir a ser as exposições, elas também são passíveis de serem apropriadas de diferentes maneiras pelos visitantes, uma vez que cada espectador, com sua bagagem de conhecimentos, suas expectativas e subjetividade, reage de forma diferente diante do que é exposto.

O MUSEU E O PÚBLICO

Podemos dizer que o público é a razão última

Podemos dizer que o público é a razão última de ser dos museus. Os museus chegam ao século XXI como lugares de relativo sucesso entre um público muito heterogêneo, oferecendo oportunidades de lazer e de obtenção de conhecimentos.

de ser dos museus. Os museus chegam ao século XXI como lugares de relativo sucesso entre um público muito heterogêneo, oferecendo oportunidades de lazer e de obtenção de conhecimentos. Trata-se de pessoas comuns, estudantes escolares ou universitários e mesmo certas categorias profissionais, estas últimas interessadas em buscar informações para as suas atividades específicas.

As exposições são o foco principal de interação entre os museus e o público, possibilitando que as pessoas entrem em contato com tempos, espaços, culturas e áreas de conhecimento

diversas. Utilizando imagens, sons, textos, cenários e outros elementos sensíveis, as exposições criam mundos imaginários e inventivos.

A maior parte das exposições tem uma natureza contemplativa e frequentemente o público se encontra impedido de tocar os objetos, que se encontram isolados por sistemas de segurança. Este é o caso dos museus de arte de épocas mais antigas. Há, porém, museus que concebem suas exposições de modo a permitir e estimular uma maior

interatividade com o público. O Pavilhão do Conhecimento - Ciência Viva¹⁰ é um museu interativo de ciência e tecnologia sediado em Lisboa, que apresenta ao público não apenas objetos acompanhados de textos para serem contemplados, mas também diversas oportunidades de participação em experimentos científicos, intensificando ainda mais sua função educativa.

As exposições nascem de motivações especiais, descobertas científicas, novas aquisições, datas comemorativas, etc. e são produto de um intenso trabalho coletivo envolvendo diversos profissionais. Sua dimensão pode ir de pequenas mostras a gigantescas exposições que contam com a colaboração de instituições internacionais no sentido de emprestarem suas coleções, como é o caso da exposição África realizada no Centro Cultural Banco do Brasil em 2006 (Rio de Janeiro / Brasília) e que contou com a

exibição das coleções do Museu de Berlim¹¹. O transporte das coleções de um continente a outro em condições seguras é um dos grandes desafios da realização deste tipo de empreendimento.

De maneira geral, a concepção de uma exposição é de responsabilidade de um curador. Seu trabalho é complementado por pesquisas sobre a temática escolhida, sobre os objetos que irão compor a mostra e sobre os textos que devem acompanhá-los, como também sobre os diversos materiais de montagem e modos de exibição. A montagem fica a cargo de técnicos que seguem um projeto e podem contar com numerosos recursos de exibição como vitrines, dioramas, cenário, etc. Pode ocasionalmente envolver o uso de tecnologias avançadas como projetores multimídia, sistemas de áudio e iluminação especiais, sistemas de segurança, etc.

10 www.pavconhecimento.pt

11 www.smb.spk-berlin.de/

MUSEU COMO LUGAR DE CIDADANIA

Martha Marandino (org.)¹

MUSEUS E EDUCAÇÃO

Este texto procura aprofundar a dimensão educativa dos museus. Entendidos com espaços de educação não-formal, os museus desenvolveram, ao longo dos séculos, diferentes formas de relação com seus públicos, entre eles o escolar. Para que as visitas escolares aproveitem intensamente o potencial educativo dos museus, é muito importante que os professores conheçam as particularidades desse local ao desenvolver sua interface com o público. Desse modo, o texto apresenta algumas das características educativas desses espaços, no intuito de le-

var o professor a refletir, planejar e avaliar suas atividades de visitas aos museus.

Para que as visitas escolares aproveitem intensamente o potencial educativo dos museus, é muito importante que os professores conheçam as particularidades desse local ao desenvolver sua interface com o público.

OS MUSEUS COMO ESPAÇOS DE EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL

Como vimos, ao longo de sua existência, os museus foram assumindo cada vez mais (e de formas diferenciadas) seu papel educativo. Nesse aspecto, os museus vêm sendo

caracterizados como locais que possuem uma forma própria de desenvolver sua dimensão educativa. Identificados como espaços de educação não-formal, essa caracterização busca diferenciá-los das experiências formais de educação, como aquelas desenvolvidas na

¹ A produção desse texto foi realizada pelo Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Não Formal e Divulgação em Ciência/GEENF da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Os tópicos a seguir foram extraídos do livro Educação em museus: a mediação em foco que está disponível na íntegra no seguinte sítio da rede internacional de computadores: www.geenf.fe.usp.br. Participantes do grupo e coautores do texto: Alessandra Fernandes Bizerra, Ana Maria Navas, Djana Contier Fares, Lilia Standerski, Luciana Magalhães Monaco, Luciana Conrado Martins, Maria Paula Correia de Souza e Viviane Aparecida Rachid García.

escola, e das experiências informais, geralmente associadas ao âmbito da família.

Contudo, a caracterização e a diferenciação dos espaços de educação não-formal não se constituem tarefa simples. Apesar de se reconhecer as especificidades educativas que os museus possuem, muitas vezes, os termos formal, não-formal e informal são utilizados de modo controverso: o que é considerado por alguns como educação não-formal, outros denominam de informal; isso faz com que suas definições estejam ainda longe de serem consensuais.

Podemos perceber, por exemplo, diferenças de definições nas literaturas anglofônica e lusofônica (CAZELLI, 2000). Os autores de língua inglesa usam os termos *informal science education* (educação informal em ciências) e *informal science learning* (aprendizagem informal em ciências) para todo o tipo de educação que pode acontecer em lugares como museus de ciências e tecnologia, *science centers*, zoológicos, jardins botânicos, no trabalho, em casa, entre outros locais voltados para as ciências. Já os de língua portuguesa subdividem a educação em Ciências que ocorre fora da escola em dois subgrupos: educação não-formal e educação informal, associando esse último aos ambientes cotidianos familiares, de trabalho, do clube etc.

Mas por que os museus têm sido considerados locais de educação não-formal,

especialmente no Brasil? Para compreender melhor essa percepção, é importante salientarmos em qual contexto os termos aqui tratados emergiram. A educação não-formal tornou-se parte do discurso internacional em políticas educacionais no final dos anos 1960 (SMITH, 1996). Naquela época, esse tipo de educação focava as necessidades de grupos em desvantagens, tendo propósitos claramente definidos e flexibilidade de organização e de métodos. Já o sistema de educação formal, principalmente dos países em desenvolvimento, apresentava lenta adaptação às mudanças socioeconômicas em curso, exigindo que diferentes setores da sociedade se articulassem para enfrentar as novas demandas sociais. Marco desse movimento é o documento da UNESCO, de 1972, “*Learning to be – The Faure Report*”, que firmou metas quanto à “educação ao longo da vida” (*lifelong education*) e à “sociedade de aprendizagem” (*learning society*). Esse documento influenciou uma divisão já visível do sistema educacional em três categorias, descritas por Combs, Prosser e Ahmed, em 1973 (apud SMITH, 1996), como:

- **educação formal:** sistema de educação hierarquicamente estruturado e cronologicamente graduado, da escola primária à universidade, incluindo os estudos acadêmicos e as variedades de programas especializados e de instituições de treinamento técnico e profissional.

- **educação não-formal:** qualquer atividade organizada fora do sistema formal de educação, operando separadamente ou como parte de uma atividade mais ampla, que pretende servir a clientes previamente identificados como aprendizes e que possui objetivos de aprendizagem.

- **educação informal:** verdadeiro processo realizado ao longo da vida em que cada indivíduo adquire atitudes, valores, procedimentos e conhecimentos da experiência cotidiana e das influências educativas de seu meio – na família, no trabalho, no lazer e nas diversas mídias de massa.

Essa categorização do sistema educacional é bastante aceita também pelos pesquisadores e educadores brasileiros. Embora alguns autores, como Gaspar (1993), defendam o uso da distinção educação formal/informal, muitos consideram também os ambientes chamados de não-formais. Chagas (1993), por exemplo, entende que a educação não-formal é veiculada pelos museus, meios de comunicação e outras instituições com o propósito de ensinar ciência a um público heterogêneo. Por outro lado, a educação informal “ocorre de forma espontânea na vida cotidiana por meio de conversas e vivências com familiares, amigos, colegas e interlocutores ocasionais”.

Gohn (1999) nos dá uma outra perspectiva para essa discussão. Para ela, a concep-

ção de educação é mais ampla do que a de aprendizagem e se associa ao conceito de cultura. Desse modo, educação não-formal trata de um processo com várias dimensões, relativas à aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio de aprendizagem de habilidades; aprendizagem e exercício de práticas que habilitam os indivíduos a se organizarem com objetivos voltados para a solução de problemas coletivos; aprendizagem dos conteúdos da escolarização formal, em formas e espaços diferenciados; e educação desenvolvida na/e pela mídia, em especial a eletrônica. Essa autora destaca os vários espaços nos quais se desenvolvem as atividades de educação não-formal, como as associações de bairro, os sindicatos, as organizações não-governamentais, os espaços culturais e as próprias escolas; ou seja, nos espaços interativos dessas com a comunidade educativa. Para ela, entretanto, a educação não-formal não contempla experiências vivenciadas na família, no convívio com amigos, nos clubes, nos teatros, na leitura de jornais, nos livros etc., sendo estas categorizadas como educação informal, já que possuem caráter espontâneo e permanente. Enquanto concepções como essa contemplam o processo educativo, outras focam-se no processo de aprendizagem. Falk e Dierking (2002) cunharam a expressão “*free-choice learning*” (aprendizagem por livre escolha) como forma de enfrentar a confusão entre os termos

formal, não-formal e informal. Para eles, a “aprendizagem por livre escolha” é todo tipo de aprendizagem que pode ocorrer fora da escola, especialmente em museus, centros de ciências, organizações comunitárias e nas mídias impressa e eletrônica (incluindo a internet). Na aprendizagem por livre escolha, o interesse e a intenção do aprendiz têm origem no indivíduo, logo, não são impostos por elementos externos, como ocorre na escola.

Mas, independentemente dessas definições focarem na instituição ou no aprendiz, no processo de ensino ou no processo de aprendizagem, acabam tendo como parâmetro de comparação a educação formal. Nesse aspecto, é interessante a proposta de Rogers (2004), de que a educação não-formal e a informal, em conjunto com a educação formal, devam ser vistas como um *continuum* e não como categorias estanques. Por meio desse *continuum*, podemos analisar as instituições, e as atividades que nela se desenvolvem, de forma integrada ou separadamente. Podemos, ainda, realizar essa análise pelo ponto de vista do aprendiz. Dessa forma, um museu, por exemplo, poderia ser nomeado como um espaço de educação não-formal quando o pensamos como instituição, com um projeto de alguma forma estruturado e com um determinado conteúdo programático. Mas, ao pensarmos sob o olhar do público, poderíamos considerá-lo como educação formal, quando alunos o visitam com uma

atividade totalmente estruturada por sua escola, buscando aprofundamento em um determinado conteúdo conceitual (ou, como muitos professores dizem, tentando “ver na prática o que têm em teoria na sala de aula”). E podemos, ainda sob o olhar do público, imaginá-lo como educação informal, ao pensarmos em um visitante que procura um museu para se divertir em um final de semana com seus amigos ou familiares.

Entender as características dos diversos contextos educativos e refletir sobre aproximações e diferenças entre eles nos ajuda a aprimorar a nossa ação educativa em museus.

A DIMENSÃO EDUCATIVA DOS MUSEUS

Os museus sofreram forte influência das teorias educacionais no mundo todo. Ao longo de sua existência, a perspectiva educativa dos museus de ciências foi se modificando, sendo possível identificar tendências pedagógicas próprias da educação nas ações desenvolvidas por essas instituições. O trabalho de Cazelli et al. (2003) ajuda a compreender como essas tendências foram sendo assumidas por esses museus ao longo de sua existência. Para apresentar tais ideias, os autores tomam por referência o artigo de McManus (1992), o qual aborda historicamente as gerações de museus.

Na primeira geração dos museus (McMANUS,

1992), que teve início no século XVII com os Gabinetes de Curiosidades, apresentavam-se os objetos e as coleções particulares de reis, de forma inicialmente desorganizada, sem critérios científicos delimitados. No século XVIII, início dos museus de história natural, as coleções começaram a se organizar e a serem utilizadas para estudos e pesquisas, apesar de seu objetivo ainda não ser o de educar o público em geral.

O foco da segunda geração dos museus (McMANUS, 1992), que surgiu nos séculos XIX e XX, esteve na ciência e na indústria. Nesse momento, nem a escola nem o museu enfatizavam a participação do público a partir

da interatividade e da comunicação. Por isso, essas duas gerações de museus se aproximam do que foi chamado de “pedagogia tradicional” (CAZELLI et al., 2003). Ainda na segunda geração de museus, iniciou-se uma tentativa de diálogo com o público. Para tornar mais claro o entendimento da ciência, surgem aparatos interativos nos museus como proposta de serem uma nova maneira de comunicação com os visitantes, procurando, assim, manter o inte-

resse do público. Este movimento deu origem, nos museus, aos aparatos interativos com respostas programadas e interação limitada, características do tecnicismo educacional, que surgiu nos anos 1960, dentro da pedagogia nova (Ibid.).

A terceira geração de museus de ciências (McMANUS, 1992), característica da segunda metade do século XX, teve como tema os fenômenos e os conceitos científicos,

sendo marcada pela interatividade com os aparatos. A importância dos museus de ciências passou a ser informar a sociedade (CAZELLI et al., 2003). O foco desta terceira geração foi o sujeito ativo no processo educativo no museu e a aposta no seu engajamento intelectual através de sua

interação. De forma mais intensa, a partir da década de 1980, a concepção educativa das exposições em museus de ciência recebeu aportes das teorias construtivistas, que enfatizavam o papel ativo do indivíduo na construção de seu próprio aprendizado e afirmavam que a aprendizagem é um processo dinâmico que requer uma interação constante entre o indivíduo e o ambiente (STUDART, 2000).

Para que as visitas escolares aproveitem intensamente o potencial educativo dos museus, é muito importante que os professores conheçam as particularidades desse local ao desenvolver sua interface com o público.

Atualmente, a preocupação em tornar a exposição acessível ao público é enfatizada, de maneira que este público a compreenda, tornando-a significativa. É preciso que o visitante seja ativo e engajado intelectualmente nas ações que realiza no museu e que as visitas promovam situações de diálogo entre o público e deste

com os mediadores. Para isso, os setores educativos dos museus devem não só planejar bem suas atividades como concebê-las a partir de opções educacionais claras.

Que tipo de concepção ou tendência pedagógica orienta as ações dos museus onde atuamos? A resposta a essa pergunta não é simples e certamente a riqueza das atividades educativas desenvolvidas pelos museus poderia ser entendida em várias perspectivas pedagógicas, sejam elas liberais ou progressistas (LIBÂNEO, 1994). Por outro lado, ter clareza

sobre quais concepções embasam nossas práticas torna nosso trabalho mais relevante e aumenta as chances de sua eficácia. Algumas pesquisas já vêm identificando essas concepções e vale a pena consultá-las para melhor fundamentar a prática pedagógica museal.

Do ponto de vista do planejamento das ações educativas nos museus, é importante que os educadores, incluindo nesse grupo os mediadores, identifiquem os aspectos mencionados e façam opções conscientes sobre os modelos pedagógicos preponderantes em suas práticas.

Ao definir os objetivos educativos da atividade, ao selecionar os conteúdos que serão enfatizados, ao planejar as formas e estratégias usadas na visita e durante a mediação, ao definir os papéis do mediador, do público, do professor ou dos demais participantes da ação e como se relacionam, estaremos fazendo opções que remetem a determi-

nadas concepções pedagógicas. Do ponto de vista do planejamento das ações educativas nos museus, é importante que os educadores, incluindo nesse grupo os mediadores, identifiquem os aspectos mencionados e façam opções conscientes sobre os modelos pedagógicos preponderantes em suas práticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CAZELLI, S.; MARANDINO, M.; STUDART, D. Educação e Comunicação em Museus de Ciência: aspectos históricos, pesquisa e prática. In: *Educação e Museu: a construção social do caráter educativo dos museus de ciência*. Rio de Janeiro: Access, 2003. p. 83-106.

CAZELLI, S. Divulgação Científica em espaços não formais. In: *Anais do XXIV Congresso da Sociedade de Zoológicos do Brasil*, Belo Horizonte, 2000. p. 10.

CHAGAS, I. Aprendizagem não-formal/formal das ciências: relação entre museus de ciências e as escolas. *Revista de Educação*, Lisboa, v. 3, n. 1, 1993. p. 51-59.

FALK, J.; DIERKING, L.D. *Lessons Without Limit – how free-choice learning is transforming education*. California: Altamira Press, 2002.

GASPAR, A. *Museus e Centros de Ciências – Conceituação e Proposta de um Referencial Teórico*. Doutorado. Faculdade de Educação – Universidade de São Paulo, FE/USP, São Paulo, 1993.

GOHN, M.G. *Educação Não-Formal e Cultura Política: impactos sobre o associativismo do*

terceiro setor. São Paulo: Cortez, 1999.

LIBÂNEO, J. C. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1994.

McMANUS, P. Topics in Museums and Science Education Studies. *Science Education*, v. 20, 1992. p. 157-182.

ROGERS, A. *Looking again at non-formal and informal education – Towards a new paradigm*, 2004. Disponível em: <http://www.infed.org/biblio/non_formal_paradigm.htm> Acessado em: setembro 2007.

SMITH, M. *Non formal education*. Disponível em <<http://www.infed.org/biblio/b-nonfor.htm>> 1996. Acessado em: setembro 2007.

STUDART, D. C. *The perceptions and behaviour of children and their families in child-orientated exhibits*. Doutorado. Museum Studies Department, University College London, London, 2000.

Presidência da República

Ministério da Educação

Secretaria de Educação a Distância

Direção de Produção de Conteúdos e Formação em Educação a Distância

TV ESCOLA/ SALTO PARA O FUTURO

Coordenação-geral da TV Escola

Érico da Silveira

Coordenação Pedagógica

Maria Carolina Machado Mello de Sousa

Supervisão Pedagógica

Rosa Helena Mendonça

Acompanhamento Pedagógico

Simone São Tiago

Coordenação de Utilização e Avaliação

Mônica Mufarrej

Fernanda Braga

Copidesque e Revisão

Magda Frediani Martins

Diagramação e Editoração

Equipe do Núcleo de Produção Gráfica de Mídia Impressa – TV Brasil

Gerência de Criação e Produção de Arte

Consultora especialmente convidada

Andréa Falcão

E-mail: salto@mec.gov.br

Home page: www.tvbrasil.org.br/salto

Rua da Relação, 18, 4o andar – Centro.

CEP: 20231-110 – Rio de Janeiro (RJ)

Maio de 2009